



**IX Simpósio Nacional de História Cultural**  
**Culturas – Artes – Políticas: Utopias e distopias do mundo contemporâneo**  
**1968 – 50 ANOS DEPOIS**  
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT  
Cuiabá – MT  
26 a 30 de Novembro de 2018

**AS MEMÓRIAS E SUAS HISTÓRIAS COMO PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Ariel Elias do Nascimento<sup>1</sup>

**ENTRE-CON-TEXTO**

Toda história não é apenas a narrativa, mas a construção de uma perspectiva, de seus problemas e realizações, frutos de um determinado ponto de vista. Isto significa dizer que toda história é uma possibilidade, fruto de uma escolha, seja ela individual ou coletiva, mas que implica, antes e acima de tudo, na manutenção de valores sociais historicamente construídos pela sociedade ao longo de sua existência.

A partir desta assertiva, podemos avançar tanto sobre problemas horizontais, bem como verticais, partindo do presente para compreender o passado e perceber como estas relações podem ser cruciais para se pensar o futuro.

Este texto terá então, este objetivo, buscar uma compreensão temporal sobre como a história foi sendo percebida e construída. Esta é uma questão central dentro da história, uma vez que ela norteia a própria disciplina histórica e como esta disciplina se transmuta na área de ensino. Não vamos nos adentrar nesta seara, pois não há espaço nem tempo neste momento.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Área de Concentração: Estudos Literários, Linha de Pesquisa Literatura, Sociedade e Identidades. Contato: ariel@uft.edu.br

Para tanto, discutiremos o tema a partir das seguintes “tempos”: num primeiro momento veremos o surgimento das tradições como formas legítimas da manutenção social, ao mesmo tempo criando e impondo normas, direcionando condutas sociais e sacralizando ritos.

Num segundo momento, colocaremos em xeque a tradição sob os tempos da modernidade, no sentido de buscar elementos que nos dêem argumentos claros de que as tradições são voláteis, no sentido de também sofrerem mudanças.

Por fim, abordaremos a questão de como a narrativa, que é fruto das ações temporais, servem para a manutenção das tradições, ao mesmo tempo que atuam como ponto de equilíbrio entre aspectos do EU e do OUTRO. Concomitante a esta narrativa, o ensino de história como legitimador de um passado.

Que fique claro, o ensino de história, no sentido de tradição e não da disciplina História.

### **ONTEM OU A HORIZONTALIDADE PRETÉRITA**

Daremos início a nossas análises ressaltando os argumentos levantados por Eric Hobsbawm e Terence Ranger; no livro *A invenção das tradições* (1997). Neste livro, Hobsbawm apresenta a tese de que as tradições foram inventadas ao longo da história social; o fator que motivou esta invenção foi a necessidade que a sociedade sentiu em ter um mito fundador para suas crenças, seus valores, sua língua, suas classes sociais, enfim, transpor para um passado inexistente, as práticas que estavam sendo efetuadas correntemente.

Hobsbawm deixa claro neste livro que os alicerces dessas tradições inventadas partem de questões políticas, econômicas, religiosas, as quais lançaram as bases para uma manutenção de um *status quo*, de modo a legitimar no presente do passado as práticas para o presente do futuro. Isto significa dizer que as tradições foram criadas por pessoas que possuíam um determinado espaço de poder dentro da sociedade e que as tradições serviram para as manutenções destes espaços de poder. Criando ritos, os fazeres e saberes se perpetuaram em tradições.

Hobsbawm e os demais historiadores que assinam este livro trazem a seguinte questão: ao se criar uma tradição, há uma legitimação do passado, da história, das famílias; ao mesmo tempo que acaba por tornar estas relações horizontais, onde não há

nenhuma relação de força entre elas, posto que se constrói uma lógica de aceitação das regras ditas tradicionais. E aqui entram as narrativas, como uma das formas de se manter as regras através das histórias das famílias, por exemplo.

Neste ponto é que Stephen Bann (1994) nos chama a atenção, na medida que ele problematiza esta leitura linear da origem das tradições proposta pelos historiadores que se organizam ao redor de Hobsbawm e Ranger. Ao mesmo tempo que ele reconhece que as tradições foram inventadas para que um determinado passado fosse não apenas reconhecido como legítimo, mas que se perpetuasse em seus ritos, Bann aponta para um problema não levantado por estes autores, qual seria, as múltiplas vozes pretéritas que também possuem suas tradições e que foram deixadas de lado pelo discurso hegemônico de uma tradição legítima. Em outras palavras, Bann argumenta da necessidade de reconhecer no passado outras vertentes culturais, identitárias, as quais darão novos olhares sobre as Tradições e as Identidades.

### **HOJE E OS PROBLEMAS VERTICAIS DAS IDENTIDADES**

As discussões atuais sobre Tradições têm avançado no sentido de se perceber que não há uma homogeneidade ao se falar em Tradição; e mesmo este conceito acaba sendo vago, por não reconhecer particularidades. Assim, os autores culturalistas têm abordado a questão pela Identidade; e com ela, apresentando as tensões verticais deste conceito.

Assim, abordaremos o tema através de Bhabha e de Hall, onde estes autores apresentam olhares diferentes sobre o que se entende por Identidade, mas ambos mostram como este conceito não é estático quando se coloca o critério da modernidade e seu impacto sobre a vida do homem.

Iniciaremos por Bhabha, quando ele, ao ampliar a noção de Identidade percebe como ela interfere na construção da Memória e na transmissão das Tradições; Bhabha (2003) trabalha o conceito de *performatividade*, onde, em linhas gerais, ocorre um amálgama entre as diferentes culturas que ocupam o mesmo espaço geográfico. Este amálgama, longe de representar um discurso homogêneo, nele está embutido todas as relações de força existentes na sociedade, de modo a proporcionar uma constante tensão entre todas as culturas presentes no espaço. Assim, uma determinada cultura, entrando em contato com qualquer outra cultura, iniciaria uma “performance” para conseguir se moldar às necessidades diárias do convívio social.

Esta performatividade será então, ensinada às gerações futuras como um substrato cultural que carrega princípios culturais natos e as novas aprendizagens das quais são fruto o embate cultural.

Outro autor que trazemos à discussão é Stuart Hall (2015), onde ele apresenta que a concepção de Sujeito, que está em paralelo à de Cultura, está sofrendo o que ele denomina de *des-centramento*. Para este autor, a modernidade, através de sua filosofia, construiu uma percepção sobre o sujeito que fosse universal e imutável. Contudo, com os avanços do capitalismo e as abruptas mudanças sociais, promoveram uma leitura crítica sobre este princípio proposto pela modernidade sobre o sujeito. Assim, no texto “A questão da identidade cultural” ele apresenta cinco argumentos que promoveram o des-centramento do Sujeito na alta-modernidade; dentre elas 1) o Marxismo, que coloca no centro das discussões o seu sistema teórico, deslocando o homem e o indivíduo deste local, 2) o inconsciente freudiano, 3) o impacto da linguística estruturalista, 4) a desconstrução foucaultiana da identidade e do sujeito através da genealogia do sujeito moderno e por fim 5) o impacto do feminismo e dos novos movimentos sociais.

Podemos dizer, de forma sintética, que a formação identitária está marcada por um duplo processo: por um lado existe um fator endógeno, caracterizado pelas heranças consolidadas pelas memórias familiares, pelas memórias sociais, tradições; por outro, encontramos intervenções exógenas, promovidas seja pelo tempo, pela modernização, pelas migrações.

Este ponto é claro, seja na performance ou no des-centramento, percebemos como ambos os autores elaboraram teorias para justificar a ação que fatores externos ao homem e sua família, promoveram de alteração, seja nos comportamentos religiosos, políticos, sociais, culturais.

É justamente neste ponto que a leitura do texto de François Dosse (2013) nos auxilia, pois ele parte do princípio de que a base para esta manutenção das tradições está nas narrativas; para isso, ele esclarece que os acontecimentos, ao serem narrados, reforçam duas coisas básicas mas importantes: por um lado reafirmam o lugar de poder do discurso, onde este poder está assegurado pelo lugar de fala do emissor; por outro, explicita que a casualidade, o acaso, ou o acontecimento, fazem parte das ações no tempo e no espaço e que estas ações casuais interferem na dinâmica das Tradições/Identidades, pois criam sempre uma tensão nesta sutil fronteira entre as Identidades.

Assim, segundo este autor, as narrativas servem como legitimadoras, dando ao passado uma legitimidade de ser, reforçando a assertiva de uma manutenção do *status quo* anteriormente colocada.

### **A DIFÍCIL ARTE DO NARRAR PARA EDUCAR**

De todo o exposto, o que podemos avançar nas análises sobre as práticas educativas? Apenas recapitulando o argumento central, dissemos que as tradições foram inventadas para justificar duas coisas básicas: a) o campo simbólico do poder hegemônico; e b) este poder será justificado por um passado inventado. Dissemos ainda que será pela narrativa que estas tradições serão repassadas / ensinadas para as gerações futuras, de modo a manter ou preservar o status quo de um mundo baseado entre os dominantes e os dominados.

Resta, agora, expor que estas narrativas partem de um lugar comum, onde a única questão norteadora está baseada nos ensinamentos que as narrativas poderão trazer; justamente neste ponto é que encontramos o elo entre as narrativas e as práticas educativas; assim, a educação como prática, a educação com uma finalidade, quer seja moral, quer seja libertadora, quer seja justificadora, ela sempre terá, em sua prática do educar, um verbo norteador deste passado sendo narrado.

Ora, esta palavra está no epicentro do nosso discurso educativo, aqui sendo discutido. Entre o emissor e o receptor, há um espaço; natural que haja este espaço, pois o emissor não é o receptor.

Assim, entendendo cada um deles isoladamente, de um lado o emissor e de outro lado o receptor, percebemos que há uma individualidade e que esta individualidade é forjada no processo relacional entre si e a natureza, e neste processo, inúmeras são as transformações que tem início no entender-se *com o outro* e no entender-se *em si*. Simplificando, cada ser constrói sua cultura num duplo processo relacional: 1) com a natureza; 2) com outros homens.

Este será o tripé que organizará as bases da narrativa como prática educativa:

Emissor - Espaço - Receptor.

Tradicionalmente, há nas culturas, sejam elas ocidentais ou orientais, a necessidade de saber ouvir os mais velhos, de modo a dar à longevidade um sinal de autoridade perante a experiência da vida. Esta experiência, ao ser narrada, confere não

apenas um lugar de fala, mas um poder de falar, de ensinar. Este é o primeiro significado do Emissor, o qual está presente um simbolismo carregado de ensinamento, e cabe a ele, Emissor, narrar experiências que ajudem na manutenção de suas tradições.

O lado oposto ao Emissor, está o Receptor, geralmente são pessoas mais jovens, e que ainda não possuem o poder de falar. A estes cabe saber ouvir e refletir as palavras proferidas pelo Emissor.

Contudo, entre o Emissor e o Receptor, há o Espaço. Na teoria da Comunicação, este Espaço recebe o nome de ruído. Como todo ruído é um sinal de interferência clara no que é dito e entendido, neste caso, os ruídos serão o princípio do desalinhamento entre as palavras ditas pelo Emissor e as palavras ouvidas pelo Receptor. Este desalinhamento está relacionado há diferença geracional, pelas novas práticas culturais, pelas modernidades que agora começam a fazer parte das sociedades, fruto de uma industrialização crescente. Toda esta modernidade não se faz presente na experiência do Emissor, de forma a tornar-se um discurso desvinculado das práticas consolidadas pela modernidade.

Pelo exposto acima, há um problema anunciado o qual permeia as sociedades que passaram pelo processo da crescente industrialização. Gostaria de retomar esta discussão nos questionamentos finais.

Convido a todos, agora, a navegar pelos mares revoltos da narrativa.

No sentido que estamos abordando neste exercício, partiremos do princípio de que toda narrativa exige uma memória, pois as narrativas serão a base para o processo educativo.

Esta memória narrada, tal qual exposto acima, tem por base as tradições, os ensinamentos morais, religiosos, linguísticos; mitos fundacionais baseados em lendas; costumes e práticas ancestrais que servirão de fundamento para as gerações futuras.

O historiador alemão Jörn Rüsen, na obra *Cultura faz sentido* (2014) aborda como a narrativa serve de fundamento não apenas para o ensinar, mas para o preservar a cultura. Seu ponto de partida é como as sociedades concebem o *tempo* e seu papel estruturante no interior das mesmas sociedades.

Segundo este autor, a compreensão do tempo é fundamental para perceber a própria sociedade na medida em que os costumes, as tradições, a religiosidade, são o

próprio registro social do homem no tempo; em outras palavras, perceber *se* e *como* a modernidade interfere na manutenção deste passado, bem como *se* e *como* este passado será transfigurado nas novas narrativas.

Assim, ele identifica um tempo político, um tempo social, um tempo religioso, onde cada uma destas temporalidades são marcadas não apenas por vivências, experiências, mas por aprendizados e permanências.

É justamente neste ponto das permanências e do aprendizado que as narrativas se apresentam como uma ferramenta para se preservar as memórias compostas no passado e, em contato com as transformações contidas no presente, passem por um processo de ressignificação cultural, religiosa, linguística; assim, as permanências acabam existindo na essência das tradições, mesmo havendo uma mudança em algumas práticas.

Neste sentido, Rüsen discutirá a importância destas memórias, tradições, identidades como parte constituinte do ensino de história, ou, como ele aborda, como parte de formação da consciência histórica. Segundo este autor, a partir do momento que as bases identitárias estão consolidadas através de uma narrativa de pertencimento, a percepção da história como disciplina torna-se uma “aventura”, no sentido de abandonar as simples repetições e partir para o campo da construção crítica do conhecimento histórico.

Assim, a noção do Emissor e do Receptor torna-se um constructo, onde há uma via de mão dupla; em outras palavras, seja de um lado, seja do outro ocorre uma troca de experiências espaço-temporais, que consolidam o processo de manutenção e formação das identidades.

## **O ENSINO HISTÓRICO**

Nosso ponto de partida será nosso ponto de chegada. Iniciamos o texto apresentado o argumento de que as tradições são inventadas para justificar a manutenção de um *status quo* social, econômico, religioso. Dissemos ainda que estas tradições se perpetuam no tempo e no espaço por conta das narrativas. Apresentamos autores que problematizaram as noções de Tradição, Cultura e Indivíduo no sentido de que são conceitos que não se fixam no tempo nem no espaço, por conta das necessidades dialógicas que as culturas, tradições, indivíduos encontram para sobreviverem em um ambiente complexo como a sociedade.

Este é o ponto que estamos; esta complexidade faz parte de nosso dia a dia e a vivência nesta complexidade nos faz mudar minuto a minuto; cada escolha é um giro de 360°, o qual nos possibilita ver e rever, pensar, tornar o pensamento em prática, errar e acertar.

A compreensão histórica destas mudanças, ou alternativas é o que consubstancia no processo da educação pela narrativa. O passado narrado terá cada vez mais importância na medida que conseguimos trazer para as narrativas o presente; e perceber neste presente nosso ser, nossa individualidade, como seres constitutivos de história, como seres históricos.

Assim, e para concluir, o ensino da história, seja ela qual for, será cada vez mais simples na medida que conseguimos simplificar as complexas relações sociais sem banalizar os fatos, feitos e efeitos. Na medida que o Receptor se faz parte deste processo, os ruídos diminuem, as relações deixam de ser verticais e a construção do conhecimento histórico se torna compreensível, as narrativas terão sucesso neste processo de educar para a vida.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis: Vozes, 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. (org). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.